



Estrada de Ferro Carajás

Informações Financeiras Intermediárias

“Carve-out” do trimestre findo em 31 de março de 2024



Estrada de Ferro Carajás
Índice das Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out”

	Página
Demonstração do Resultado	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa	4
Balanço Patrimonial	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias “Carve-out”	8
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das informações financeiras intermediárias “Carve-out”	
3. Receita de serviços, líquida	
4. Custos e despesas, por natureza	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias	
8. Intangível	
9. Imobilizado	
10. Provisões para processos judiciais	
11. Patrimônio Líquido	
12. Partes relacionadas	
Responsável Técnico	15

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2024	2023
Receita de serviços, líquida	3	1.627.982	1.462.209
Custos dos serviços prestados	4(a)	(1.198.579)	(1.276.122)
Lucro bruto		429.403	186.087
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(7.716)	(7.776)
Outras receitas operacionais, líquidas	4(c)	7.914	48.179
Lucro operacional		429.601	226.490
Resultado financeiro	5	(258.837)	(203.589)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		170.764	22.901
Tributos sobre o lucro	6		
Imposto de renda		(42.691)	(5.725)
Contribuição social		(15.368)	(2.061)
		(58.059)	(7.786)
Lucro líquido do período		112.705	15.115

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		170.764	22.901
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	8 e 9	359.335	361.659
Ajuste a valor presente do contrato de concessão	5	65.973	1.875
Provisão (reversão) para processos judiciais	10	9.450	(30.420)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Partes relacionadas		(16.591)	(74.920)
Almoxarifado		20.381	14.150
Tributos a recuperar		(77.975)	(44.521)
Depósitos judiciais		(578)	(1.050)
Fornecedores		(53.345)	362.302
Fornecedores - Partes relacionadas		351	73.289
Obrigações sociais e tributárias		(22.870)	21.202
Contrato de concessão		(23.635)	(72.501)
Contingências		(664)	(39.091)
Outros ativos e passivos, líquidos		(487)	(470)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		430.109	594.405
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível		(482.376)	(372.970)
Baixas ao imobilizado e intangível		92	124.183
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(482.284)	(248.787)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no período		(52.175)	345.618
Transferência do caixa para partes relacionadas		52.175	(345.618)
Partes relacionadas no início do período		13.286.808	15.033.812
Partes relacionadas ao final do período		13.338.983	14.688.194
Transações que não envolveram caixa:			
Contrato de concessão	8	30.080	14.426
Intangível	8	(30.080)	(14.426)

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo			
Ativo circulante			
Partes relacionadas	12	33.610	17.019
Almoxarifado		295.619	316.000
Outros		6.938	6.454
		<u>336.167</u>	<u>339.473</u>
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	942.496	864.521
Depósitos judiciais	10	132.705	132.127
		<u>1.075.201</u>	<u>996.648</u>
Intangível			
Imobilizado	9	17.368.314	17.479.168
		<u>14.744.608</u>	<u>14.540.885</u>
		<u>32.112.922</u>	<u>32.020.053</u>
Total do ativo		<u><u>33.524.290</u></u>	<u><u>33.356.174</u></u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		1.677.794	1.731.139
Obrigações sociais e tributárias	7	4.749.667	4.714.478
Partes relacionadas	12	1.237	886
Dividendos a pagar	11(c)	225.320	225.320
Contrato de concessão	8	493.342	421.099
Outros		43.674	43.677
		<u>7.191.034</u>	<u>7.136.599</u>
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	12	13.338.983	13.286.808
Contrato de concessão	8	3.128.507	3.188.492
Provisões para processos judiciais	10	63.776	54.990
		<u>16.531.266</u>	<u>16.530.290</u>
Total do passivo		<u><u>23.722.300</u></u>	<u><u>23.666.889</u></u>
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	11	3.597.790	3.597.790
Reservas de lucros		6.204.200	6.091.495
Total do patrimônio líquido		<u>9.801.990</u>	<u>9.689.285</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>33.524.290</u></u>	<u><u>33.356.174</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.597.790	352.007	5.016.091	-	8.965.888
Lucro líquido do período	-	-	-	15.115	15.115
Saldo em 31 de março de 2023	3.597.790	352.007	5.016.091	15.115	8.981.003

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.597.790	399.443	5.692.052	-	9.689.285
Lucro líquido do período	-	-	-	112.705	112.705
Saldo em 31 de março de 2024	3.597.790	399.443	5.692.052	112.705	9.801.990

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais

	Notas	Período de três meses findo em 31 de	
		2024	março de 2023
Receita bruta			
Receita de serviços	12	2.048.736	1.844.577
Outras receitas		30.314	63.312
Menos:			
Custo dos serviços de transporte de carga		(602.689)	(686.908)
Custos dos serviços de transportes de passageiros		(14.891)	(14.267)
Outras despesas		(30.115)	(22.909)
Valor adicionado bruto		1.431.355	1.183.805
Depreciação e amortização	4	(359.335)	(361.659)
Valor adicionado líquido		1.072.020	822.146
Recebido de terceiros:			
Receita financeira	5	965	2.810
Total do valor adicionado a distribuir		1.072.985	824.956
Remuneração direta			
Encargos sociais		136.414	129.874
Benefícios		37.160	34.341
Despesas financeiras	5	48.091	49.073
Impostos federais		259.802	206.399
Impostos estaduais		243.350	175.782
Lucro do período		235.463	214.372
Distribuição do valor adicionado		112.705	15.115
		1.072.985	824.956

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a "Ferrovia" ou "EFC") compreende uma ferrovia de 979 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

Em dezembro de 2020, a Vale assinou os termos de prorrogação antecipada das concessões ferroviárias relacionadas à Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM"), por um período adicional de trinta anos, de 2027 a 2057.

2. Base de preparação das informações financeiras intermediárias "Carve-out"

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias "Carve-out" ("informações financeiras intermediárias") foram preparadas os critérios estabelecidos no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões ("Anexo 8") celebrado em 18 de dezembro de 2020 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

Todas as informações relevantes próprias dessas informações financeiras intermediárias e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale.

b) Base de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do "Anexo 8" firmado com a União.

A emissão dessas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Vale, em 15 de maio de 2024.

c) Demonstração do Valor Adicionado

Após a renovação das concessões ferroviárias realizadas em dezembro de 2020, foi acordado entre a Vale e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que a partir de dezembro de 2021 a Ferrovia deveria divulgar em seu relatório financeiro a demonstração do valor adicionado. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado".

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

e) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os períodos apresentados.

f) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação destas informações financeiras intermediárias estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 9 e 10.

3. Receita de serviços, líquida

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2024	2023
Transporte próprio da Vale (i)	1.923.579	1.773.199
Transporte de carga geral e de passageiros	66.566	18.184
Receita acessória de transporte	58.591	53.194
Impostos sobre receitas	(420.754)	(382.368)
Total	1.627.982	1.462.209

(i) O aumento da receita própria da Ferrovia está, principalmente, atrelado ao preço, que teve um aumento de 5% comparado com o mesmo período do ano anterior.

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflita a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço para o minério próprio transportado, conforme tarifas máximas de referência homologadas pela ANTT, conforme citado no item 2.1 do Anexo 8.

4. Custos e despesas, por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2024	2023
Pessoal	(221.664)	(213.288)
Material e serviço	(323.975)	(385.443)
Óleo combustível e gases	(243.203)	(277.615)
Depreciação e amortização	(359.335)	(361.659)
Outros	(50.402)	(38.117)
Total	(1.198.579)	(1.276.122)

b) Despesas com vendas e administrativas

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2024	2023
Pessoal	(3.946)	(3.922)
Serviços	(1.692)	(1.803)
Depreciação e amortização	(821)	(966)
Outras	(1.257)	(1.085)
Total	(7.716)	(7.776)

Política contábil

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

c) Outras receitas operacionais, líquidas

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2024	2023
Reversão (provisão) para processos judiciais (nota 10)	(9.450)	30.420
Pesquisa e desenvolvimento	(862)	(7.081)
Venda de materiais (i)	30.086	13.257
Ajuste de inventário	(11.314)	17.056
Outras	(546)	(5.473)
Total	7.914	48.179

(i) Refere-se substancialmente à venda de sucata.

Política contábil

Destina-se à contabilização de outras despesas operacionais, líquidas relativas ao Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, não classificados nos grupos custos dos serviços prestados e despesas com vendas e administrativas.

5. Resultado financeiro

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2024	2023
Despesas financeiras		
Juros	(191.188)	(200.521)
Ajuste a valor presente do contrato de concessão	(65.973)	(1.875)
Variações monetárias e cambiais	(2.641)	(4.003)
Total	(259.802)	(206.399)
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	965	2.810
	965	2.810
Resultado financeiro líquido	(258.837)	(203.589)

Política contábil

As políticas contábeis materiais relacionadas aos itens do resultado financeiro estão demonstradas nas notas explicativas "12. Partes Relacionadas" e "8. Intangível".

6. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	170.764	22.901
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(58.059)	(7.786)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período, conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o cálculo dos tributos incidentes sobre as vendas e sobre o resultado, deverá considerar as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e ser realizado de forma a refletir as alíquotas, deduções e benefícios previstos na legislação vigente. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para os tributos sobre o lucro foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro. A contrapartida dos impostos (incluindo impostos sobre a renda, bem como outros incidentes sobre o resultado) são apresentados no ativo ou passivo dependendo dos saldos em aberto.

7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo		
COFINS	812.397	748.340
PIS	130.099	116.181
Total a recuperar	942.496	864.521
Passivo		
Obrigações sociais	136.501	194.077
ISS	9.462	11.967
IRPJ	2.951.313	2.902.018
CSLL	1.080.192	1.064.753
Outras	572.199	541.663
Total a recolher	4.749.667	4.714.478

Política contábil

As obrigações sociais tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam os impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme regime de competência.

8. Intangível

	31 de março de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	22.953.263	(5.584.949)	17.368.314	22.870.436	(5.391.268)	17.479.168
Total	22.953.263	(5.584.949)	17.368.314	22.870.436	(5.391.268)	17.479.168

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.352.922
Adições	94.798
Atualização do contrato de concessão	14.426
Amortização	(151.427)
Baixas	(12.205)
Saldo em 31 de março de 2023	15.298.514
	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.479.168
Adições	91.537
Atualização do contrato de concessão	(30.080)
Amortização	(172.311)
Saldo em 31 de março de 2024	17.368.314

Prorrogação antecipada da concessão

Em dezembro de 2020, a Companhia concordou com os termos do Governo Federal para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás e a Estrada de Ferro Vitória a Minas por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Após a assinatura, a EFC reconheceu um ativo intangível relacionado ao seu direito de uso, e ao mesmo tempo, em troca da renovação antecipada de seus contratos. Em 31 de março de 2024, a Ferrovia possui um passivo no valor de R\$ 3.621.849 (R\$ 3.609.591 em 31 de dezembro de 2023).

O passivo reconhecido da EFC, é composto por: valores de outorga das concessões, memória Ferroviária, desenvolvimento tecnológico e conflitos urbanos. A renovação dos contratos de concessão prevê a revisão e inventário físico da base de ativos existente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), podendo afetar o valor das obrigações assumidas. Adicionalmente, a ANTT pode

requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da Concessão, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Em ambas as circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Em janeiro de 2024, a Companhia recebeu uma notificação do Ministério dos Transportes em relação à base de ativos da malha ferroviária que, no entendimento do Ministério dos Transportes, deveria ser amortizada até o final da concessão e não reduzir o valor da outorga. Nessa notificação, o Ministério dos Transportes solicitou que a Companhia apresente as medidas para recompor ao poder público eventual indenização de ativos enquadrados nessa notificação. A Companhia apresentou esclarecimentos e entende, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que as provisões registradas são adequadas para cumprir com as obrigações relacionadas à concessão.

Política contábil

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um período determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

9. Imobilizado

	31 de março de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	2.610.313	(731.584)	1.878.729	2.602.225	(714.049)	1.888.176
Instalações	6.506.850	(2.515.924)	3.990.926	6.492.193	(2.423.563)	4.068.630
Equipamentos	950.125	(632.010)	318.115	946.033	(606.168)	339.865
Outros (i)	9.489.906	(3.833.581)	5.656.325	9.273.809	(3.680.723)	5.593.086
Imobilizado em curso	2.900.513	-	2.900.513	2.651.128	-	2.651.128
Total	22.457.707	(7.713.099)	14.744.608	21.965.388	(7.424.503)	14.540.885

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no período:

	31 de dezembro de 2022				31 de março de 2023	
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.780.607	4.350.183	404.898	5.569.249	1.940.823	14.045.759
Adição por aquisição	-	-	-	-	278.172	278.172
Baixas	-	-	-	-	(111.978)	(111.978)
Depreciação e amortização	(1.802)	(49.925)	(8.496)	(150.009)	-	(210.232)
Transferências	26.213	(31.237)	(9.455)	132.555	(118.076)	-
Saldo em 31 de março de 2023	1.805.018	4.269.021	386.947	5.551.794	1.988.941	14.001.722

	31 de março de 2024				31 de dezembro de 2023	
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de março de 2024	1.878.729	3.990.926	318.115	5.656.325	2.900.513	14.744.608
Adição por aquisição	-	-	-	-	390.839	390.839
Baixas	-	-	-	-	(92)	(92)
Depreciação e amortização	(2.856)	(51.223)	(9.286)	(123.659)	-	(187.024)
Transferências	(6.591)	(26.481)	(12.464)	186.898	(141.362)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.888.176	4.068.630	339.865	5.593.086	2.651.128	14.540.885

(i) Referem-se a vagões, locomotivas e infraestrutura da Ferrovia.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativa e julgamentos críticos

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

10. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A Companhia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.236	80.363	30.886	1.165	124.650
Adições (reversões)	-	(32.185)	1.765	-	(30.420)
Pagamento	-	(37.283)	(2.818)	-	(40.101)
Atualizações monetárias	291	138	549	32	1.010
Saldo em 31 de março de 2023	12.527	11.033	30.382	1.197	55.139

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.150	12.862	27.688	1.290	54.990
Adições	-	6.135	3.315	-	9.450
Pagamento	-	(28)	(2.749)	-	(2.777)
Atualizações monetárias	283	1.265	539	26	2.113
Saldo em 31 de março de 2024	13.433	20.234	28.793	1.316	63.776

b) Processos judiciais não provisionados

	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Processos tributários	63.456	59.852
Processos cíveis	883.853	984.540
Processos trabalhistas	128.870	151.839
Processos ambientais	61.305	56.086
Total	1.137.484	1.252.317

c) Depósitos judiciais

	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Processos tributários	78.888	78.109
Processos cíveis	10.871	10.589
Processos trabalhistas	31.508	32.237
Processos ambientais	11.438	11.192
Total	132.705	132.127

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada como perda provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

Para fins das informações financeiras intermediárias "carve-out", a Companhia considerou a Ferrovia como uma entidade jurídica legal individual, dessa forma para cumprir com o requerimento do anexo 8, a Companhia denominou os ativos líquidos do carve-out da Ferrovia como Patrimônio Líquido para fins de atendimento a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

a) Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são de R\$ 6.204.200, formados pelos lucros dos exercícios anteriores e do período corrente, após devidas destinações das reservas conforme previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. Em 31 de março de 2024, não foram destinados valores para "dividendos a pagar", permanecendo o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 225.320.

Política contábil

Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o pagamento de dividendos e a constituição das reservas seguirá a política e condições estabelecidas para os acionistas da Ferrovia, representados pelo acionista da Companhia.

12. Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas informações financeiras intermediárias podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Vale (i)	-	-	13.338.983	13.286.808	1.927.260	1.775.772
VLI	11.317	6.907	-	-	72.659	53.194
Ferrovia Norte Sul	4.415	2.120	-	-	32.311	11.224
Outros	17.878	7.992	1.237	886	16.506	4.387
Total	33.610	17.019	13.340.220	13.287.694	2.048.736	1.844.577

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de caixa e equivalentes de caixa, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

Política contábil

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 4) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no Anexo 8, o saldo da “nova” conta de “disponibilidades”, denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira, criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base nas aplicações financeiras praticados pela Vale com a contrapartida na conta “receitas financeiras”. Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O